

ESTUDO SOBRE A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA (ABA) E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA), GRAUS II E III, NO ENSINO FUNDAMENTAL I

ROSA, Sandra de Oliveira¹
ALBRECHT, Ana Rosa Massolin

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo compreender a importância da abordagem da análise do comportamento aplicada – ABA, assim como analisar a contribuição desta ciência, onde se torna uma grande aliada para beneficiar o corpo discente da escola no manejo e ensino de alunos com autismo graus II e III do ensino fundamental I. Além disto, discorre sobre o transtorno do espectro autista – TEA e as leis que garantem a inclusão dos educandos no âmbito escolar. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de natureza básica e de cunho qualitativo, com revisão bibliográfica em livros, artigos científicos, teses, dissertações, periódicos e outras publicações de autores que discutem a temática abordada. Através dos estudos, constatou-se a importância de o educador ter conhecimento sobre a análise do comportamento aplicada e aplicar com os alunos que possuem diagnóstico de transtorno do espectro autista, onde dessa forma poderá reconhecer as peculiaridades e as habilidades básicas e rudimentares do seu aluno e assim elaborar uma abordagem individualizada de qualidade, tendo em vista a inclusão do aluno e seu desenvolvimento no âmbito escolar.

Palavras-chave: Autismo. ABA. Inclusão. Escola.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo visa buscar conhecimento sobre a perspectiva da análise do comportamento aplicada – ABA e de como esta ciência contribui para o corpo docente ao receber o aluno de inclusão com autismo, graus II e III, na sala de aula do ensino fundamental I.

A pesquisa tem como objetivo trazer um conhecimento mais amplo sobre o transtorno do espectro autista – TEA e as principais características, onde prevê que

¹ Aluna do Centro Universitário UNINTER. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso de Educação Especial. 2/2021.

o educador se aproprie de tal assunto a fim de ser capaz de conseguir identificar o aluno com autismo e assim possa compreender como e feito o diagnóstico, quais os tipos de tratamento e terapias e também sobre principais leis existentes atualmente para a inclusão de pessoas com autismo.

Para o artigo foi realizada uma pesquisa de natureza básica e de cunho qualitativo, com revisão bibliográfica em livros, artigos científicos, teses, dissertações, periódicos e outras publicações de autores que discutem a temática em torno do TEA, da inclusão escolar e sobre a ABA.

Tem como fundamentando o aprofundamento do conhecimento teórico acerca da implantação da ABA no ambiente escolar, ressaltando de forma simples e didática as estratégias existentes a fim de que os profissionais da área da educação possam se apropriar e buscar auxiliar para o enfrentamento dos comportamentos problemas que acontecem no ambiente escolar e no processo de aprendizagem de alunos com TEA.

A ABA dispõe de diversas estratégias e abordagens, formando uma vasta base para identificação de comportamentos disruptivos e mostrando uma grande eficácia no ensino de novos comportamentos e habilidades.

Ao longo do artigo será discorrida sobre o uso de dicas, sobre a análise funcional do comportamento, a análise de tarefas, o ensino de tentativas discretas, o ensino sem erro, onde o objetivo é identificar a possibilidade de um aumento no repertório do aluno no que se refere ensino aprendizagem.

Diante disso é possível observar se ocorre atraso no desenvolvimento infantil do aluno ou se o aluno desenvolveu habilidades que servem de pré-requisito para ser alfabetizado.

A fim de abranger sobre a temática, de forma sucinta, é trazido sobre o TEA, seu conceito e como é realizado o diagnóstico, assim como as leis existentes na atualidade.

Após é discorrido sobre o TEA e a inclusão escolar, onde é explanada sobre os direitos de acesso a educação e de que ocorra de forma inclusiva. A fim de elucidar sobre a ABA no último título é trazido sobre sua conceitualização e sobre as abordagens realizadas dentro desta ciência, sendo desmiuçado nos subtítulos que dão sequência ao artigo.

Nas considerações finais alguns aspectos são identificados a fim de trazer uma maior discussão do tema do artigo, tendo em vista que se torne algo mais

abordado no meio acadêmico e assim possa contribuir para produção científica, trazendo benefícios para comunidade de pessoas com TEA.

2. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA

O termo autismo origina-se do grego autós, que significa “de si mesmo”. Por longos anos o autismo era considerado como esquizofrenia. Foi apenas em 1911 que a expressão autismo foi utilizada pela primeira vez, através do psiquiatra Eugéne Bleuler, onde sua busca era “descrever a fuga da realidade e o retraimento interior dos pacientes acometidos com esquizofrenia” (CUNHA, 2012, p.20).

Alguns anos após a associação do autismo à esquizofrenia foi que começou o primeiro estudo científico direcionado para o autismo. Lacerda (2017) traz que ao final de 1930 o médico Leo Kanner iniciou um trabalho com 11 crianças que demonstravam comportamentos semelhantes entre si.

Ao término deste estudo, em 1943, Leo Kanner publicou o primeiro estudo científico que reconhece a específica condição do autismo, o *Autistic Disturbance of Affective Contact* – Perturbação Autística de Contato Eficaz. Segundo Lacerda (2017, p. 16) “desde o estudo de Leo Kanner inúmeras pesquisas e descobertas foram e estão sendo feitas para beneficiar este público alvo”.

Diante deste contexto então, através da APA², no século passado, foi criado, em âmbito internacional, o DSM³, a fim de padronizar o conceito dos diagnósticos dos transtornos mentais, devido as diversas classificações existentes no EUA.

No Brasil a referência utilizada para diagnóstico de autismo é a CID – Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, publicada pela OMS – Organização Mundial da Saúde, órgão este que após muitas críticas resolveu organizar um grupo de trabalho, inclusive com membros da APA, a fim de auxiliar na reavaliação das classificações de transtorno mental.

Até o final deste ano 2021 a CID 10 está em vigor. Após isso será atualizada para CID 11, no qual o diagnóstico do autismo estará mais adequado ao espectro, convergindo com o que é trazido sobre TEA, este especificado no DSM-5.

Ao decorrer dos anos atualizações eram realizadas no manual DSM, onde os critérios diagnósticos foram sendo alterados e atualmente o autismo, de acordo

² Associação Americana de Psiquiatria

³ Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

com os critérios de diagnóstico mais recente da APA, no DSM-V, atualização de 2014, está definido que o Transtorno do Espectro Autista – TEA é classificado como um transtorno do neurodesenvolvimento e reúne a sintomatologia do autismo em critérios diagnósticos como:

Déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos: 1. Déficit na reciprocidade socioemocional, variando, por exemplo, de abordagem social anormal e dificuldade para estabelecer uma conversa normal a compartilhamento reduzido de interesses, emoções ou afeto, a dificuldade para iniciar ou responder a interações sociais. 2. Déficit nos comportamentos comunicativos não verbais usados para interação social, variando, por exemplo, de comunicação verbal e não verbal pouco integrada à anormalidade no contato visual e linguagem corporal ou déficit na compreensão e uso gestos, a ausência total de expressões faciais e comunicação não verbal. 3. Déficit para desenvolver, manter e compreender relacionamentos, variando, por exemplo, de dificuldade em ajustar o comportamento para se adequar a contextos sociais diversos a dificuldade em compartilhar brincadeiras imaginativas ou em fazer amigos, a ausência de interesse por pares (DSM-5, 2014, p. 94).

Portanto verifica-se que o transtorno do espectro autista tem características específicas como – dificuldade de manter o contato visual, ecolalia⁴, estereotípias⁵, interesses restritos, dificuldade de comunicação, linguagem expressiva e receptiva.

O autismo caracteriza-se por apresentar uma série de comportamentos, em qualidade, variedade e intensidade, suficiente para tornar o indivíduo prejudicado nas áreas de relacionamento social, profissional, acadêmico e emocional. O prejuízo deve ser observado, nas áreas de comunicação comportamento restritos e repetitivos e hipo ou hipersensibilidade a estímulos ambientais (GOYS, 2018, p.14).

Outro fator importante dentro dos critérios de diagnóstico é a especificação de grau de autismo que um indivíduo pode apresentar, onde os graus I e II não necessitam de muito auxílio, que são os mais leves, classificados e ainda como I – leve e II – moderado. Já o grau III é o que necessita de mais apoio e auxílio e os quais, em geral, possuem maiores comorbidades.

O transtorno do espectro autista está classificado em três níveis de gravidade: Nível 3 (Exigindo apoio muito substancial). Nível 2 (Exigindo apoio substancial). Nível 1 (Exigindo apoio), cada nível está relacionado ao grau de apoio na comunicação social, comportamentos restritos e repetitivos exigido pela pessoa no desenvolvimento de suas tarefas básicas (DSM-5, 2014, p. 96).

⁴ Forma de afasia em que o paciente repete mecanicamente palavras ou frases que ouve.

⁵ São repetições e rituais que podem ser linguísticos, motores e até de postura.

Dentro das características da pessoa com TEA a comunicação é uma das grandes dificuldades, pois não verbalizam, principalmente na linguagem expressiva. Algumas pesquisas apontam este comprometimento, como trazido por Brites e Brites (2019, p. 103) “de todos os autistas, 20% são não verbais, 50% tem perdas parciais e 30% tem linguagem expressiva fluente”.

O desenvolvimento da linguagem é muito importante para a aprendizagem e socialização da criança, onde são compreendidos que esta característica gera grandes desafios comportamentais para o indivíduo.

Déficits na comunicação não verbal e na interação social também são manifestados pela ausência, redução ou forma estranha de olhar nos olhos dos outros, de gesticular, expressões faciais, orientação corporal ou entonação da fala. Uma característica precoce é a deficiência na atenção compartilhada, manifestada pela falta de apontar, mostrar objetos ou coisas interessantes, ou falha em seguir, olhar o que as pessoas mostram (BERNARDES e SIMONASSI, 2016, p. 3).

No que se refere às causas do TEA ainda são desconhecidas, mas existem muitas pesquisas que apontam uma das causas, dentre outras, que predomina é a genética.

Na maior parte das vezes o autismo é genético, ou seja, decorre da carga genética de seus pais ou é uma mutação genética ocorrida na própria criança. Estudos recentes apontam o impacto genético no desenvolvimento entre 80 e 90%. Pesquisa recente informou este percentual em 83% (SANDIN, et al., 2017, np apud LARCERDA, 2017, p.21).

Além da presença da genética, há outras causas que podem contribuir para o TEA, como as ambientais e também há os fatores de risco, conforme apontado no DSM-5 (2014), como a idade parental avançada, o baixo peso ao nascer ou a exposição fetal a ácido valpróico.

Compreende-se dessa forma que o autismo não é uma doença, mas se ocorrer à falta de abordagem comportamental ou outra terapia eficaz, o indivíduo poderá ter perdas significativas de desenvolvimento.

Um aspecto relevante é sobre quando o autismo se apresenta para a maioria das crianças, sendo evidenciado de forma muito precoce. Segundo a DSM-5 (2014) as características comportamentais do TEA são evidenciadas na primeira infância, onde pode ser percebida em alguns casos a falta de interesse em interações sociais no primeiro ano de vida.

O diagnóstico prévio é fundamental para o desenvolvimento da criança com TEA, onde pode ser obtido através de entrevista com os pais e observação comportamental, como explica Lacerda (2017, p. 55) “através de observação clínica, ou seja, o sujeito com TEA é diagnosticado depois de se observar a presença dos sintomas que caracterizam a condição autística”.

Usualmente quem faz o diagnóstico é um neurologista, psiquiatra ou neuropediatra, onde havendo dúvidas sobre o diagnóstico, o profissional deve acessar a escala de avaliação e de triagem do autismo.

As escalas de triagem são a Modified-Checklist Autism in Toddlers (M-CHAT), a Escala de Traços Autísticos (ATA), a Escala Diagnóstica do Autismo na Infância (CARS) e o Protocolo da Avaliação de Crianças com Autismo (PRO-TEA). As escalas diagnósticas são a Escala de Observação para o Diagnóstico do Autismo 2 (ADOS-2) e a Escala de Entrevista para o Diagnóstico de Autismo (ADI-R) (BRITES e BRITES, 2019, p.96).

As escalas diagnósticas confirmam se o indivíduo tem autismo, porém em muitos casos a criança apresenta além do TEA alguma comorbidade associada.

[...] as comorbidades mais comuns encontradas com o autismo são epilepsia, distúrbio do sono, transtorno de atenção e hiperatividade – TDAH, ansiedade, estereotipia, comportamento infrator e deficiência intelectual e também deficiência auditiva (MATSON E GOLDIN 2013, np apud LACERDA, 2017, p.41).

À medida que o diagnóstico é fechado pelo médico, a criança é encaminhada para acompanhamento profissional, onde inicia terapia e em muitos casos faz o uso de medicamentos também.

É importante ressaltar que autismo não tem cura e com isso não existe um medicamento específico, mas conforme o acompanhamento é realizado, com combinação de terapias multidisciplinares intensivas e a estimulação precoce, algumas evoluções são possíveis de se obter como – a melhoria da comunicação e a interação social.

2.1 O TEA E O DIREITO A INCLUSÃO ESCOLAR

Nos últimos tempos importantes documentos norteadores e leis foram criados para proteger e garantir os direitos às crianças e na questão da inclusão de pessoas

com deficiência – PCD não é diferente, aonde tal progresso vem para assegurar o direito da criança à educação, acesso e à permanência na escola com qualidade de ensino.

O direito à permanência da criança na escola, está estabelecido por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, regulamentado pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; (ECA, 1990, Capítulo IV).

Diante desta premissa é evidenciado que a criança já possui o direito ao acesso à educação e a conquista de uma lei específica para PCD torna isso mais claro no que se refere ao direito da pessoa com TEA em frequentar a escola regular.

Esta conquista ocorreu somente com o decreto da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a *Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista*, conhecida como Lei Berenice Piana⁶, onde ficou definido que o TEA é uma deficiência, pois até então, não era considerada assim, gerando entraves na garantia deste direito universal.

“Conforme a Lei supracitada fica determinado no artigo 2º, que “a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais” (Lei nº 12.764/12 p. 01).

Portanto a partir desta lei a pessoa com autismo têm vários direitos garantidos pela constituição, sendo um destes direito o acesso à escola regular e se necessário frequentar o Atendimento Educacional Especializado – AEE.

Outro documento importante na defesa por direitos é o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146, de 06 de julho de 2015, onde instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Seu maior objetivo é assegurar os direitos da pessoa com deficiência ao longo da vida, garantindo condições de igualdade e visando à sua inclusão social, promovendo assim a cidadania do indivíduo.

⁶ A lei leva o nome de Berenice Piana, mãe de um menino autista, que desde que recebeu o diagnóstico de seu filho luta pelos direitos das pessoas com autismo. Berenice estudou por anos o assunto e sugeriu ideias para a implantação de políticas públicas que levaram à criação da Lei 12.764/12.

No que se refere à inclusão escolar, de acordo com as leis este direito também está assegurado, onde o aluno deve ter acesso a sala de aula, assim como sua permanência, onde um ensino de qualidade e adaptação curricular e pedagógica devem ser garantidos por lei.

II - Aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia no Art. 28 inciso (BRASIL, 2015, p. C. IV).

Diante deste contexto compreende-se que a inclusão escolar para alunos com autismo se apresenta como um grande desafio para as escolas e para os professores, pois muitas escolas têm trinta alunos por sala de aula. Com isso a presença de um aluno com autismo grau III tornaria difícil promover a inclusão, pois o direito de ter um profissional para acompanhá-lo é o que está previsto na lei, porém diverge com a realidade encontrada nas escolas.

Verifica-se esse direito conforme a Lei Berenice Piana assegura [...] Parágrafo único. “Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.” (BRASIL, 2012).

Dessa forma se compreende que o apoio escolar se faz necessário para o acompanhamento do aluno e seu desenvolvimento escolar.

Na escola inclusiva, é demasiadamente difícil para um único educador atender a uma classe inteira com diferentes níveis educacionais e, ainda, propiciar uma educação inclusiva adequada. Tudo o que for construído no ambiente escolar deverá possuir o gene da qualidade (CUNHA, 2012, p. 55).

O que não pode ser exigido é que apenas o professor (a) da sala de aula se responsabilize por promover uma inclusão escolar de qualidade, pois este dever é de todo o corpo discente da escola. De acordo com Cunha (2016, p. 28) “constrói-se o currículo com a participação de gestores, supervisores, coordenadores, orientadores, psicopedagogos, professores e evidentemente, da família”.

Além disso, é necessário que seja ofertado pela instituição cursos de aperfeiçoamento, pois a formação do professor é fundamental, tendo em vista a

inclusão do aluno com TEA. Ter conhecimento sobre a deficiência do aluno e suas necessidades particulares é de extrema importância, onde qualifica o profissional para saber enfrentar as situações difíceis do dia a dia escolar.

2.2 A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA – ABA E A INCLUSÃO DO ALUNO COM TEA

A análise do comportamento aplicada – ABA é uma ciência que contribui e auxilia de forma significativa para o ensino de novas habilidades e para auxiliar a aprendizagem dos alunos com autismo na escola.

A ABA possui base sob a perspectiva em torno dos três pilares:

A Análise do Comportamento Aplicada é definida com uma ciência aplicada e é um dos três pilares da Análise do Comportamento, sendo os outros dois a filosofia, denominada Behaviorismo Radical, baseado na obra de Skinner, e a área de desenvolvimento de pesquisa básica, a Análise Experimental do comportamento. Estes três pilares são interdependentes e todos têm a sua relevância para a Análise do Comportamento. Sem levar em consideração os pressupostos filosóficos e os resultados das pesquisas experimentais, não é possível o desenvolvimento da pesquisa aplicada e o desenvolvimento de técnica para a intervenção (DUARTE, SILVA E VELLOSO, 2018, p. 6).

É uma ciência que está baseada em evidências científicas em cima de dados de pesquisas realizadas por mais de cinquenta anos. Não é considerada um método e nem uma técnica, mas sim uma intervenção comportamental individualizada, levando em consideração a singularidade do indivíduo.

A Análise do Comportamento é uma ciência que se interessa pelo estudo das variáveis que afetam os comportamentos. A aplicação dos princípios dessa ciência para a resolução de problemas socialmente relevantes é chamada de Análise do Comportamento Aplicada ou simplesmente ABA, sigla derivada do termo original em inglês “Applied Behavior Analysis”. A aplicação dos princípios de Análise do Comportamento não ocorre exclusivamente na área do autismo; ao contrário, há a aplicação em campos muito variados, como na clínica psicológica, na educação, na economia, no desempenho esportivo, entre outros. De maneira geral, em qualquer demanda socialmente relevante que envolva “comportamentos” pode-se utilizar ABA (GOMES e SILVEIRA, 2016, p. 13).

É pouco difundida no Brasil, mas é a que tem mais comprovação científica para o autismo. Ainda existem poucos profissionais que trabalham nesta área, até

mesmo há certo preconceito, pois desconhecem a abordagem. Conforme especificação das autoras:

O aumento da detecção de casos de autismo na população gerou um aumento no número de pesquisas a respeito do tema, tanto em relação às causas do transtorno quanto em relação aos efeitos de diversos tipos de tratamento. Atualmente não há cura para o autismo e os tratamentos que demonstraram cientificamente os melhores efeitos no desenvolvimento dessas crianças são fundamentados em Análise do Comportamento (GOMES e SILVEIRA, 2016, p. 13).

Para a criança com autismo que apresenta muitos atrasos no desenvolvimento, é fundamental este desenvolvimento para a vida, pois através da ABA é possível ensinar novas habilidades de desenvolvimento e criar programas específicos para auxiliar o ensino aprendizagem.

Para a implementação de ABA na escola é necessário que a instituição tenha um profissional com formação na área, pois é responsável por planejar cuidadosamente as avaliações e a adaptação curricular para o aluno.

O profissional realiza a avaliação funcional do comportamento para a seleção de estratégias de ensino. Como aponta Henklain e Carmo (2013, p. 10) “ensinar exige planejamento e tomada de decisões. O primeiro passo é identificar e descrever com clareza e precisão o que será ensinado”.

Após a avaliação do aluno é elaborado um Planejamento de Ensino Individualizado – PEI, onde é definido o que ensinar, como ensinar e como deve ser a estruturação da sala de aula para receber o aluno.

É importante que o educador tenha uma visão do desenvolvimento e das dificuldades de aprendizagem em que o aluno se encontra, levando em conta o comportamento e as contingências deste indivíduo.

Conforme supracitado a presença do profissional de apoio para auxiliar o educador com o aluno com deficiência é de grande valia e no que se refere a execução da ABA não é diferente.

Sua função será a de acompanhar a criança com autismo, aplicando o Currículo Adaptado (isto quer dizer, adaptando contingências como o material de didático ou as dicas físicas ou verbais), registrar de modo sistemático as respostas à essa aplicação e também lidar com a família da criança e com o Analista do Comportamento, interpretando os registros e planejando as novas etapas. O objetivo deste modelo de inclusão é desenvolver no sujeito habilidades acadêmicas e sociais que permitam que ele não mais precise, em algum momento, do apoio em sala de aula

(BAGAIOLO, GUILHARDI, ROMANO, 2011, np apud LACERDA, 2017, p. 88).

O objetivo da ABA é a ampliação do repertório comportamental, aquisição de habilidades sociais, repertórios pré-acadêmicos e acadêmicos, comportamento verbal, aumento de sua autonomia e minimização dos comportamentos disruptivos que comprometem a interação social do aluno, onde para cada caso há uma abordagem específica para desenvolver o ensino aprendizagem a ser trabalhado com a criança de forma individual.

A ABA proporciona um vasto conjunto de recursos que devem ser utilizados para compor uma intervenção individualizada, com estratégias comportamentais para ensinar comportamentos tais como: sentar, imitar, contato visual, esperar sua vez, apontar – pré-requisitos para a alfabetização.

O objetivo da Intervenção Comportamental é aproximar, ao máximo, o desenvolvimento da criança com autismo ao de uma criança típica, por meio de ensino intensivo e sistemático dos comportamentos que a criança com autismo ainda não é capaz de realizar e que deixam o desenvolvimento dela em atraso (GOMES e SILVEIRA, 2016 p. 26).

Diante desta premissa é compreendido que algumas mudanças podem ser necessárias, a começar pelo ambiente físico da sala de aula, onde não deve ter muita estimulação visual e sensorial, pois pode causar comportamento disruptivos até mesmo agressividade.

2.3.1 HABILIDADES BÁSICAS DE ENSINO USANDO ABA PARA ALUNOS COM TEA

O ensino de habilidades simples ou básica em um ambiente natural de sala de aula as vezes pode ser complexo, porém conforme é seguido as instruções planejadas das atividades da intervenção comportamental individualizada do aluno e sendo realizado o reforço positivo, o aluno vai aprendendo e se desenvolvendo.

Contudo para verificar se está tendo o resultado esperado é fundamental ter os registros das atividades propostas para acompanhar o desenvolvimento ensino e aprendizagem.

Portanto o primeiro item para elaboração de um PEI é o auxílio de toda

equipe escolar e dos pais, pois fazer o planejamento e a avaliação do aluno é essencial para criar o currículo adaptado, onde cabe ao professor analisar todas as possibilidades de ensino e adaptar o conteúdo, conforme o aluno consiga aprender.

[...] planejamento individualizado, periodicamente avaliado e revisado, que considera o aluno em patamar atual de habilidades, conhecimentos e desenvolvimento, idade cronológica, nível de escolarização já alcançado e objetivos educacionais de seja do sem curto, médio e longos prazos (MASCARO 2018, p. 14).

Após a realização do PEI o professor tem como identificar quais estratégias pedagógicas deve ser aplicado, onde vai conseguir verificar se o aluno está conseguindo aprender, se está acompanhando a turma ou se está em algum atraso acadêmico e por fim se está socialização no ambiente escolar.

2.3.2 ANÁLISE FUNCIONAL DE UM COMPORTAMENTO

Comportamento é qualquer reação do ser humano, onde para que se compreenda deve ser analisado o contexto, onde segundo Gomes e Silveira (2016) desse ser analisado “a resposta, o que acontece antes da resposta e o que acontece após a resposta. O que acontece antes da resposta nós chamamos de estímulo antecedente e o que acontece após a resposta é chamado de consequência”.

A análise funcional nada mais é que buscar informações entre o organismo e o ambiente e identificar as variáveis de controle em relação ao antecedente e a consequência de contingentes de um comportamento.

As consequências podem ser – sensorial, tangível, escape, controle e atenção. Portanto após a descoberta da função do comportamento será necessário traçar uma estratégia para modelar novos comportamentos sempre reforçando o novo comportamento.

Fazer uma análise funcional de um aluno é de extrema importância, pois conhecer o antecedente que leva o aluno a ser agressivo na sala de aula faz com que novas estratégias possam ser utilizadas.

Gomes e Silveira (2016, p. 31) apontam que “isso é fundamental para o

planejamento educacional, pois dependendo de como você apresenta uma determinada atividade, aumenta ou diminui a probabilidade do aprendiz se engajar”.

O educador por falta de conhecimento da ABA pode reforçar os comportamentos inapropriados sem perceber. Por exemplo: um comportamento tem como função chamar a atenção, a criança chora, quando dispensa a atenção está reforçando o comportamento, a criança vai chorar mais todas as vezes que quiser atenção.

Se o educador conhecer ABA vai saber agir de forma diferente e o aluno vai diminuir este comportamento inapropriado, até ser extinto.

2.3.3 FUGA DE DEMANDA E ESQUIVA

Muitos alunos tem fuga de demanda e esquiva na hora de fazer as atividades escolares, onde conforme Gomes e Silveira (2016, p. 30) “o primeiro ocorre quando a pessoa está em contato com um estímulo aversivo e faz algo para ficar livre e o segundo quando a pessoa ainda não está em contato com estímulo aversivo”.

Esses comportamentos podem ocorrer devido reforçamento negativo por diversas pessoas desconhecem do assunto e tem contato com o autista dentro do ambiente escolar. Com isso é importante que o educador fique atento as situações.

A consequência pode ser o aluno ficar se balançando, girando objetos, balançando panos, fazendo flap com as mãos. Neste momento o mais indicado é que o educador convide o aluno para fazer uma atividade que a criança goste para tirar o foco da estereotipia, ou ensinar uma nova habilidade.

2.3.4 REFORÇAMENTO

Reforço é quando o estímulo ocorrido aumenta a probabilidade do comportamento ocorrer novamente, por exemplo, o aluno faz a leitura de uma frase pela primeira vez, a professora o elogia, ocorre o reforço social, então o aluno repete este estímulo.

É importante que o educador selecione sempre bons reforçadores para o educando, onde pode ser um reforço social ou algum objeto que já tenha na sala de aula e que seja do interesse dele.

[...] há reforço positivo e negativo, assim como punição positiva e negativa. Culturalmente tendemos a associar o termo positivo a algo bom e negativo a algo ruim. Porém, em Análise do Comportamento, positivo e negativo não se referem necessariamente a algo bom ou ruim; positivo significa acréscimo de algum estímulo e negativo significa a retirada de algum estímulo. O sentido utilizado em Análise do Comportamento é semelhante ao sentido dos sinais em operações da matemática; positivo significa adição de valores e negativo subtração de valores (GOMES e SILVEIRA, 2016, p. 33).

Sendo assim o objetivo do educador ao planejar a aula deve ser bem especificado, promovendo assim a sua participação em aula, utilizando o reforço imediatamente para promover comportamentos positivos.

2.3.5 PROCEDIMENTOS DE DICAS E CORREÇÕES DE ERROS

Ensinar sem erro é essencial para um aluno com o TEA, principalmente os com graus II e III. Já no ensinar com dica é mostrar ou dar suporte para o aluno fazer a atividade necessária e assim aumentar a probabilidade de ocorrência de uma resposta correta.

Conforme Hora (2018, p. 72) “o suporte poderá ser visual, eletrônico, agendas, painéis de atividades diárias, imagens do que tem que fazer antes e depois, histórias sociais para alunos maiores, atividades estruturadas e adaptadas”.

Juntamente com o suporte e o material estruturado para o aluno, a hierarquia de dicas segue uma sequência começando por ajuda total e conforme o aluno vai aprendendo vai se tirando as dicas até ser extintas. Com isso o aluno vai conseguir completar a atividade e não vai se frustrar nem ter comportamentos aversivos.

As dicas devem ser usadas com o aluno de acordo com suas necessidades, onde dicas que são usadas com um aluno não serão usadas com outro, pois cada um possui particularidades específicas.

O objetivo é que o aluno aprenda e não que fique dependente de dicas,

conforme apontado pelo autor:

O paradigma de aprendizagem sem erros propõe o arranjo das condições de ensino de forma que a aprendizagem ocorra, minimizando a probabilidade de erros e programado mais oportunidades de reforçamento, aumentando, assim, o nível de motivação do aluno, uma vez que evita a condição de inacessibilidade ao reforçamento decorrente do erro e evita os possíveis efeitos colaterais negativos, como frustrações e efeitos disruptivos. Além disso, o processo de ensino aprendizagem se torna potencialmente positivo para professor e aluno e pode representar economia de ensino, uma vez que o foco está no ensino de habilidades em vez de gastar tempo com correção de erros (HORA, 2018, p. 74).

Um aspecto a ser compreendido é que na pedagogia o conceito “errando que se aprende” deve ser diferente na ABA, pois o erro pode motivar o aluno a ter comportamentos inapropriados.

2.3.6 ENSINO DE TENTATIVAS DISCRETAS

O ensino de tentativas discretas é usado para ensinar novas habilidades e auxiliar no ensino aprendizagem em ambiente natural e planejado para o aluno. Na escola poderá ser na sala de aula, sala do AEE, na pracinha ou qualquer lugar que o educador avaliar ser positivo.

Dentre as indicações de uso de ensino por Tentativas Discretas está a aquisição de novos comportamentos, ou seja, ações que a criança nunca executou e que não consegue executar no momento, como, por exemplo, falar palavras novas. Há estudos que mostram a eficácia para ensinar novos fonemas, combinar esses novos sons com palavras e frases escritas, motricidade fina (ensino de ações como cortar com a tesoura, escrever, fechar o zíper de roupas, entre outras), discriminações diversas, imitação motora, linguagem receptiva (dar uma resposta verbal sob o controle de uma dica visual) e atividades acadêmicas (SILVA E MATSUMOTO, 2018, p. 128 apud DUARTE, 2018, p.127).

Para o educador obter sucesso na abordagem de tentativas discretas deve se ter um bom planejamento para o aluno, onde cada atividade planejada deve ter uma folha de registro desta atividade, dessa forma será possível verificar se o aluno está aprendendo ou não, visando o seu desenvolvimento evolutivo.

2.3.7 ANÁLISE DE TAREFAS

A análise de tarefas são estratégias comportamentais que fragmentam as atividades de uma forma que o aluno aprenda. É aplicada quando as atividades são complexas e de difícil compreensão para aluno com autismo.

Para Varella (2018, p. 183.) “a análise de tarefas é o procedimento de se decompor uma cadeia comportamental em uma sequência de respostas discretas”.

Para Martin e Pear (2009, p. 161) é um:

Método importante para se ensinar uma cadeia comportamental e é chamado de encadeamento de trás para frente ou reverso. Tal método constrói a cadeia gradualmente em uma ordem inversa àquela em que a cadeia é executada. Isto é, inicialmente é estabelecido o último passo; depois é ensinado o penúltimo passo e este é ligado ao último passo; então é ensinado o antepenúltimo passo, que é ligado às duas últimas etapas; e assim por diante, progressivamente, do final até o começo da cadeia. O encadeamento reverso foi usado em numerosos programas, incluindo o ensino de vários comportamentos, como se vestir, se arrumar, trabalhar é comportamento verbal, para indivíduos com desenvolvimento atípico.

Basicamente se baseia em pontos fundamentais, como a avaliação inicial, PEI, onde se argumenta quem é esse aluno? O que já aprendeu na vida? O que precisa aprender? Depois com o planejamento dos programas, onde se verifica o que ensinar e quais os objetivos que o educador quer alcançar com o aluno.

Outro fundamento é sobre a elaboração das atividades, onde se argumenta como adaptar as atividades para o aluno aprender e por último a avaliação do aluno e verificação de progressos.

Para a aplicação da análise de tarefas sugere-se que o educador comece desfragmentando a atividade, ou seja, partindo a atividade em vários pedacinhos. A quantidade de desfragmentação vai depender do nível de aprendizado que a criança se encontra, onde de se levar em conta se a criança ainda está aprendendo sobre a vida diária, como ir ao banheiro, lavar as mãos.

Já na alfabetização o mais indicado é começar pelo concreto, figuras e letras, figuras e palavras com frases. O educador não pode esquecer de usar os reforçadores, como pistas visuais, dicas verbais. Deve-se usar todos os recursos necessários para ensinar, inclusive hierarquia de ajuda, sendo o objetivo principal o aprendizado do aluno.

Compreende-se então que a análise do comportamento é uma grande aliada aos educadores, pois é voltada para educação especial, tendo em vista a inclusão do aluno com TEA.

3. METODOLOGIA

Para desenvolver o presente artigo foi realizada uma pesquisa de natureza básica e de cunho qualitativo, com revisão bibliográfica em livros, artigos científicos, teses, dissertações, periódicos e outras publicações de autores que discutem a temática em torno do TEA, da inclusão escolar e sobre a ABA.

O critério utilizado para a escolha das obras pesquisadas foi buscar publicações mais recentes e atualizadas sobre o tema, dessa forma a pesquisa buscou referências nos seguintes autores – Camila Graciella Santos Gomes, Cintia Perez Duarte, Luciana Brites, DSM-5 e demais autores relevantes.

Ao decorrer da pesquisa foi observado sobre as dificuldades que cercam em torno do autismo e as leis que amparam a inclusão no Brasil, como a Lei de Berenice Piana e o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Um aspecto relevante que foi compreendido foi sobre o Ensino de Habilidades Básicas para Pessoas com Autismo, onde é uma estratégia que ensina a intervenção comportamental intensiva para os profissionais, pais e educadores de maneira sucinta.

Com isso é possível compreender que através desta estratégia é possível atingir os objetivos propostos como, atender a demanda dos diversos problemas de comportamento e promover a aprendizagem no meio escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve o propósito de apresentar algumas formas de incluir alunos com autismo com graus II e III no âmbito escolar – ensino fundamental, tendo em vista a dificuldade vivenciada em relação a inclusão destes alunos.

É verificado que muitas vezes o aluno com TEA passa pelo o ensino infantil e chega ao ensino fundamental sem conseguir ficar na sala de aula e se fica não

consegue acompanhar a turma devido a quantidade de estímulos existentes em uma sala de aula, causando problemas de comportamentos.

Os periódicos pesquisados apontam o benefício que o educador obtém em utilizar da análise do comportamento aplicada no ambiente escolar, principalmente nos comportamentos problemas dos alunos com autismo.

Foi evidenciada a importância da qualificação do professor, onde deve ocorrer uma educação permanente, buscando atualizações referente às abordagens existentes, a fim de se aprofundar mais sobre o autismo e assim, conseguir identificar um aluno com traços de TEA, tendo em vista as intervenções que deverão ser aplicadas com o aluno.

Observou-se que muitos são os desafios enfrentados pelas pessoas diagnosticadas com autismo e suas famílias também, pois a falta de acesso a terapias adequadas, a falta de políticas públicas, onde um planejamento a longo prazo pelos governantes é necessário, acaba por criar muitas barreiras.

Em contrapartida foi observado que alguns avanços são existentes, como a lei de inclusão para as pessoas com autismo, o Estatuto das Pessoas com Deficiência, a lei de Berenice Piana, específica para pessoas TEA, porém a realidade muitas vezes não condiz com o que está no papel.

Neste contexto de acesso a direitos, foi identificada a necessidade de discorrer sobre a ABA, onde mesmo que seja uma estratégia complexa e extensa, foi possível trazer alguns pontos importantes a fim de produzir um material que sirva de auxílio para que seja realizada uma maior discussão referente ao tema.

Dessa forma foram selecionadas algumas abordagens de ordem básica e de fácil manejo para o educador identificar como usar na sala de aula e a partir deste trabalho possa se sentir instigado a fazer mais pesquisas sobre ABA, pois se observa a necessidade de qualificação a fim de proporcionar que alunos com autismo tenham o direito de inclusão no ambiente escolar e consigam se desenvolver de forma satisfatória.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, Leana Vilmar; SIMONASSI, Lorismario Ernesto. **Leitura para Pessoas com Diagnóstico de Autismo**. 1ª Ed. Brasília. Instituto Walden4, 2016. Disponível em: <<https://www.walden4.com.br/livros/w4/pdf/bernardessimonassi2016iw4.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2021.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 31 out. 2021.

_____. Lei no 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 dez. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 31 out. 2021.

_____. Lei no 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 06 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 31 out. 2021.

BRITES, Luciana. BRITES, Clay. **Mentes Únicas.** São Paulo. Editora Gente. 2019.

CUNHA, Eugênio Cunha. **Autismo e Inclusão.** 4ª Edição, Rio de Janeiro. Editora Wak, 2012.

CUNHA, Eugênio Cunha. **Práticas Pedagógicas para Inclusão e Diversidade.** 6ª Edição, Rio de Janeiro. Editora Wak, 2016.

DSM-5. American Psychiatric Association. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais.** 5ª edição. Porto Alegre: Artemed. 2015.

DUARTE, Cintia Perez Duarte; SILVA, Luciana Coltri; VELLOSO Renata de Lima. **Estratégias da Análise do Comportamento Aplicada para pessoa com o Transtorno do Espectro do Autismo.** São Paulo, Editora Memon. 2018.

GOMES, Camila Graciella. SILVEIRA, Analice Dutra. Ensino de Habilidades Básicas para Pessoas com Autismo. Manual para Intervenção Comportamental Intensiva. Editora Appris. 2016.

GOYS, Celso. **ABA: Ensino Da Fala Para Pessoa Com Autismo.** São Paulo, Ed. Edicon. 2018.

HENKLAIN, Marcelo Henrique Oliveira. CARMO, João dos Santos. **Contribuições da Análise Do Comportamento À Educação: Um Convite ao Diálogo.** Cadernos de Pesquisa. 2013 <<https://www.scielo.br/j/cp/a/bT6y5JYHDTjP79pmKhgbsSq/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 06 dez. 2021.

HORA, Cassia Leal da. **Estratégias da Análise do Comportamento Aplicada para pessoa com o Transtorno do Espectro do Autismo.** São Paulo, Editora Memon. 2018.

LACERDA, Lucelmo. **Transtorno do Espectro Autista: Uma Brevíssima Introdução**. Curitiba: CRV, 2017.

MARTIN, Garry. PEAR, Joseph. **Modificação de Comportamento. O que é e como fazer**. 8ª edição. São Paulo. 2009.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino De Carvalho. **O Plano Educacional Individualizado e o estudante com deficiência intelectual: estratégia para inclusão**. Revista Espaço Acadêmico. Nº 205, 2018. Disponível em: < <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/43318/751375137853> >. Acesso em: 21 nov. 2021.

VARELLA, André Augusto Borges. **Estratégias da Análise do Comportamento Aplicada para pessoa com o Transtorno do Espectro do Autismo**. São Paulo, Editora Memon. 2018.